

REGULAMENTO DOS PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA A CONTRATAÇÃO E EQUIPARAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE ESPECIALMENTE CONTRATADO

Preâmbulo

Nos termos do disposto no artigo n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de Agosto, podem ser contratados para a prestação de serviço docente nos estabelecimentos do ensino superior politécnico "individualidades nacionais ou estrangeiras de reconhecida competência científica, técnica, pedagógica ou profissional, cuja colaboração se revista de necessidade e interesse comprovados".

As individualidades contratadas ao abrigo daquela disposição legal devem, conforme dispõe o n.º 2 do citado artigo, ser equiparadas às categorias da carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico cujo conteúdo funcional se adeque às funções que terão de prestar.

A contratação de pessoal especialmente contratado (não sujeito a concurso público), pelos contornos e importância que assume para o normal funcionamento da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESTeSL), aconselha a que se estabeleçam critérios que o Conselho Científico deve observar no recrutamento daqueles docentes, sobretudo num momento em que se impõe prosseguir uma política que aposta na qualidade do ensino ministrado, o que, entre outras coisas, implica melhorar a qualificação do corpo docente e criar as condições necessárias para o aprofundamento da formação dos seus docentes.

O presente documento visa estabelecer os princípios/regras orientadores para a contratação e equiparação dos docentes especialmente contratados, sendo válidas para todas as novas propostas de equiparação.

Assim, por deliberação do Conselho Científico da ESTeSL, é aprovado o presente Regulamento:

Artigo 1º

Pessoal especialmente contratado

- 1- Podem ser contratados como docentes convidados, individualidades nacionais ou estrangeiras de reconhecida competência científica, técnica, pedagógica ou profissional, cuja colaboração se revista de necessidade e interesse comprovados.

- 2- Tratando-se de professores ou investigadores de instituições estrangeiras ou internacionais designam-se estes por professores visitantes.
- 3- Podem ainda ser contratados, como monitores, estudantes de ciclos de estudo de licenciatura ou de mestrado, da própria ou de outra instituição de ensino superior, aos quais compete coadjuvar, sem os substituir, os restantes docentes sob a orientação destes.
- 4- A contratação e a renovação dos contratos do pessoal docente previsto nos números anteriores regem-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de Agosto, na Lei n.º 7/2010, de 13 de Maio, no Regulamento n.º 467/2009, de 25 de Novembro, e no presente regulamento.

Artigo 2º

Equiparação a Professores Coordenadores Principais

Podem ser contratados como Professores Coordenadores Principais convidados individualidades nacionais ou estrangeiras que sejam Professores Coordenadores Principais ou Professores Catedráticos de carreira do Ensino Superior.

Artigo 3º

Equiparação a Professores Coordenadores Convidados

1. Podem ser contratados como Professores Coordenadores convidados individualidades nacionais ou estrangeiras que reúnam, em simultâneo, um dos requisitos académicos e um dos requisitos funcionais expressos nas alíneas seguintes:
 - a) São requisitos académicos na área ou área afim para a qual são convidados:
 - i) Serem Professores Coordenadores ou Professores Associados de carreira do Ensino Superior;
 - ii) Serem detentores do grau de doutor, obtido há mais de 5 anos, e terem um currículo científico e/ou pedagógico relevante para a Área Científica para a qual são convidados;
 - iii) Serem detentores do título de especialista, obtido há mais de 5 anos, e terem um currículo científico e/ou pedagógico relevante para a Área Científica para a qual são convidados;

- iv) Serem detentores da licenciatura em Medicina e uma especialidade médica, e terem 12 anos de actividade profissional comprovada, dos quais 5 anos após a especialidade;
- v) Em licenciaturas onde o Ensino Superior Politécnico não atribui o título de especialista, serem detentores de uma licenciatura obtida há mais de 20 anos com um curriculum científico e/ou profissional de excelência.

b) São requisitos funcionais:

- i) Coordenar a Área Científica à qual pertence;
- ii) Reger uma Unidade Curricular de um curso conferente de grau, leccionando pelo menos metade da sua carga lectiva teórica de contacto;
- iii) Orientar estágios ou projectos de cursos de 2º ciclo (mestrados);
- iv) Leccionarem pontualmente seminários, módulos ou aulas de cursos, conferentes ou não de grau, de áreas disciplinares de reconhecida exigência científica e/ou profissional.

2. A equiparação a Professor Coordenador reveste de carácter excepcional, devendo em regra a equiparação ser efectuada a Professor Adjunto.

Artigo 4º

Equiparação a Professores Adjuntos Convidados

Podem ser contratados como Professores Adjuntos convidados individualidades nacionais ou estrangeiras que reúnam, em simultâneo, um dos requisitos académicos e um dos requisitos funcionais expressos nas alíneas seguintes:

- a) São requisitos académicos na área ou área afim para a qual são convidados:
 - i) Serem Professores Adjuntos ou Professores Auxiliares de carreira do Ensino Superior;
 - ii) Serem detentores do grau de doutor;
 - iii) Serem detentores do título de especialista;
 - iv) Serem detentores da licenciatura em Medicina e uma especialidade médica, e terem 8 anos de actividade profissional comprovada;
 - v) Em licenciaturas onde o Ensino Superior Politécnico não atribui o título de especialista, serem detentores de uma licenciatura obtida há mais de 15 anos com um curriculum científico e/ou profissional de excelência.

b) São requisitos funcionais:

- i) Reger uma Unidade Curricular de um curso conferente de grau, leccionando pelo menos metade da sua carga lectiva teórica de contacto;
- ii) Leccionar componentes teóricas de Unidades Curriculares, que terão de constituir pelo menos metade da carga lectiva total do docente;
- iii) Leccionar componentes teórico-práticas ou práticas, que terão de constituir pelo menos metade da carga lectiva de contacto da Unidade Curricular;
- iv) Orientar estágios ou projectos de cursos de 2º ciclo (mestrados);
- v) Leccionarem pontualmente seminários, módulos ou aulas de cursos, conferentes ou não de grau, de áreas disciplinares de reconhecida exigência científica e/ou profissional;

Artigo 5º

Contratação de Professores Convidados

- 1- A contratação é, em regra, em regime de tempo parcial pelo período temporal considerado adequado, eventualmente renovável por período idêntico ou diverso.
- 2- Excepcionalmente, podem ser contratados em regime de tempo integral, com ou sem exclusividade, e não podendo o tempo total de contrato exceder os 4 anos desde que cumpridos um dos seguintes requisitos:
 - a) Para substituição de professores com dispensa para formação avançada, período de sabática, ou outra situação fortuita de força maior;
 - b) Quando sejam ou tenham sido colaboradores da instituição nos últimos quatro anos na docência, na investigação ou na prestação de serviços à comunidade;
 - c) Em áreas disciplinares com escassez de professores, devidamente comprovada por concurso público ou oferta pública de emprego;
 - d) Sejam professores visitantes de outras instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras.

Artigo 6º

Equiparação e contratação de Assistentes convidados

- 1- Podem ser contratados como Assistentes convidados individualidades nacionais ou estrangeiras que reúnam um dos requisitos académicos seguintes, na área ou área afim para a qual são convidados, e por ordem de preferência:
 - i) Serem detentores do grau de mestre matriculados em programa de doutoramento;
 - ii) Serem detentores do grau de mestre com 3 ou mais anos de experiência profissional;
 - iii) Serem detentores do grau de mestre;
 - iv) Serem detentores de licenciatura com classificação mínima de 14 valores matriculados em programa de doutoramento;
 - v) Serem detentores de licenciatura com classificação mínima de 14 valores;
 - vi) Serem detentores de licenciatura com 3 ou mais anos de experiência profissional.
- 2- A contratação é, em regra, em regime de tempo parcial até um máximo de 50% pelo período temporal considerado adequado, eventualmente renovável por período idêntico ou diverso.
- 3- Excepcionalmente, e apenas nas situações em que, tendo sido aberto um concurso para um lugar de professor de carreira este tenha ficado deserto ou não totalmente preenchido, podem ser contratados assistentes convidados em regime parcial igual ou superior a 60%, incluindo em tempo integral com ou sem exclusividade, não podendo o tempo total de contrato exceder os 4 anos.

Artigo 7º

Equiparação e contratação de Monitores

- 1- Podem ser contratados como Monitores estudantes que:
 - i) Frequentem um ciclo de estudos de mestrado e sejam titulares de um grau de licenciado com classificação final igual ou superior a 14

valores e com classificação nas unidades curriculares para as quais é convidado igual ou superior a 16 valores;

- ii) Frequentem o último ano de um ciclo de licenciatura e tenham realizado pelo menos 180 ECTS (120 ECTS em licenciaturas de 180 ECTS) com uma classificação média das unidades curriculares realizadas igual ou superior a 14 valores e com classificação nas unidades curriculares para as quais é convidado igual ou superior a 16 valores.

- 2- A contratação é a termo certo e em regime de tempo parcial, entre um mínimo de 50% e um máximo de 80%.

Artigo 8º

Regras para o recrutamento de docentes especialmente contratados

- 1- O processo de contratação de um docente convidado é iniciado com a aprovação, em Conselho Científico, da distribuição de serviço docente, onde são identificadas as necessidades de contratação.
- 2- As necessidades de contratação são publicitadas na página da Internet e por um período de 10 dias úteis, convidando os eventuais interessados à apresentação dos respectivos currículos.
 - a) A publicitação inclui, para além da área ou área afim para a qual o docente é convidado, as unidades curriculares a leccionar e sua tipologia, bem como outros requisitos (académicos e/ou funcionais) que se considerem relevantes;
 - b) Em alternativa, pode ser constituída uma base de recrutamento com a apresentação de um período de candidaturas, na página da Internet e em pelo menos um jornal de circulação nacional, de entre a qual se deve proceder à escolha através de métodos de selecção objectivos.
- 3- O convite a um docente é fundamentado em relatório que descreva as competências científica, técnica, pedagógica e profissional reconhecidas à individualidade, devendo ser subscrito por dois professores da área ou áreas disciplinares do convidado, caso existam, ou áreas afins, de categoria igual ou superior à da equiparação proposta, e aprovado pela maioria dos membros em efectividade de funções do Conselho Científico.

- 4- Quando as individualidades a contratar pertencem à carreira docente universitária não há lugar à elaboração do relatório previsto no ponto anterior.
- 5- A contratação dos docentes convidados é objecto de publicação na 2ª série do *Diário da Republica* e na página da Internet do IPL e da ESTeSL, constando obrigatoriamente nas páginas da Internet os fundamentos que conduziram à decisão.

Artigo 9.º

Disposições Finais

As situações de excepção e as dúvidas resultantes da aplicação do presente regulamento deverão ser apresentadas e deliberadas em Conselho Científico da ESTeSL.

Artigo 10.º

Início de vigência

O presente regulamento entra imediatamente em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação em Conselho Científico.